

**1ª REUNIÃO DO CONSELHO DE TRANSPARÊNCIA, INTEGRIDADE E COMBATE À
CORRUPÇÃO - CTICC**

Página 1 de 9

1. Identificação da reunião

Data da reunião	Horário				Local	Coordenador da reunião
16/05/2023	Início:	14:00	Término:	18:00	Auditório da Controladoria-Geral da União	SE-CGU

2. Objetivo

Promover a abertura do CTICC junto às partes envolvidas/interessadas.

3. Participantes

Órgão/Entidade	Representante	Cargo	Condição
1. CGU	VINICIUS MARQUES DE CARVALHO	Ministro de Estado	Presidente
2. CGU	VÂNIA VIEIRA	Secretária-Executiva	
3. CGU	CLÁUDIO TORQUATO	Secretário-Executivo Adjunto	
4. CGU	FLÁVIO PROL	Chefe de Gabinete do Ministro	
5. CGU	FÁBIO FÉLIX	Chefe de Gabinete da Secretaria-Executiva	
6. CGU	ANJULI TOSTES	Assessora do Ministro	
7. CGU	RONALD BALBE	Secretário Federal de Controle Interno	
8. CGU	RICARDO WAGNER	Corregedor-Geral da União	
9. CGU	ARIANA FRANCES	Ouvidora-Geral da União	
10. CGU	RENATA FIGUEIREDO	Secretária de Integridade Pública Substituta	

**1ª REUNIÃO DO CONSELHO DE TRANSPARÊNCIA, INTEGRIDADE E COMBATE À
CORRUPÇÃO - CTICC**

Página 2 de 9

Órgão/Entidade	Representante	Cargo	Condição
11. CGU	FERNANDA CALADO	Diretora da Secretaria Nacional de acesso à informação	
12. Associação Brasileira Organizações Não Governamentais - ABONG	ATHAYDE JOSÉ DA MOTTA FILHO		Titular
13. Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo - ABRAJI	KATIA BREMBATTI	Presidenta	Titular
14. Associação Brasileira de Relações Institucionais e Governamentais - ABRIG	CAROLINA VENUTO	Presidenta	Titular
15. Agenda Pública	SERGIO ANDRADE	Diretor-Executivo	Titular
16. Artigo 19	DENISE DORA	Diretora-Executiva	Titular
17. CEDRA - Centro de Estudos e Dados sobre Desigualdades Raciais	CRISTINA LOPES	Diretora-Executiva	Titular
18. CFEMEA - Centro Feminista de Estudos e Assessoria	GUACIRA CESAR DE OLIVEIRA	Diretora Executiva	Titular
19. CONACI - Conselho Nacional de Controle Interno	RODRIGO FONTENELLE DE ARAÚJO MIRANDA	Presidente	Titular
20. Conectas Direitos Humanos	CAMILA LISSA ASANO	Diretora-Executiva	Titular
21. CNI - Confederação Nacional de Indústria	HÁVILA DA NOBREGA OLIVEIRA	Gerente Executivo	Titular
22. FGV - Fundação Getúlio Vargas - Escola de Políticas Públicas e Governo	FERNANDO LUIZ ABRUCIO	Professor e Pesquisador	Titular
23. Fiquem Sabendo	BRUNO SCHIMITT MORASSUTTI	Coordenador de Advocacy	Titular
24. UDESC – Universidade do Estado de Santa Catarina – Grupo de Pesquisa Politeia	PAULA CHIES SCHOMMER	Líder	Titular
25. IBPT - Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação	GILBERTO LUIZ DO AMARAL	Presidente do Conselho Superior	Titular

**1ª REUNIÃO DO CONSELHO DE TRANSPARÊNCIA, INTEGRIDADE E COMBATE À
CORRUPÇÃO - CTICC**

Página 3 de 9

Órgão/Entidade	Representante	Cargo	Condição
		e Coordenador de Estudos	
26. IBPT - Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação	CRISTIANO YAZGER		Ouvinte
27. INESC - Instituto de Estudos Socioeconômicos	JOSÉ ANTÔNIO MORONI	Coordenador	Titular
28. Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social	CAIO LUIZ CARNEIRO MAGRI	Diretor-Presidente	Titular
29. OAB - Ordem dos Advogados do Brasil	KELLY OLIVEIRA DE ARAÚJO		Titular
30. Open Knowledge Brasil	FERNANDA CAMPAGNUCCI PEREIRA	Diretora-Executiva	Titular
31. Pacto Global – Rede Brasil	CARLO LINKEVIEIUS PEREIRA	CEO	Titular
32. Oxfam Brasil	JEFFERSON RODRIGO DO NASCIMENTO		Titular
33. USP - Universidade de São Paulo - Faculdade de Direito	SHEILA CRISTINA NEDER CEREZETTI	Professora e Pesquisadora	Titular
34. UnB - Universidade de Brasília	SUYLAN DE ALMEIDA MIDLEJ E SILVA	Professora e Pesquisadora	Titular
35. Unacon Sindical	ELAINE NIEHUES FAUSTINO		Titular
36. Transparência Brasil	JULIANA MARI SAKAI		Titular
37. Transparência Internacional Brasil	RENATO MORGADO		
38. SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas	LILIAN CALLAFANGE		Representante
39. UDESC – Universidade do Estado de Santa Catarina – Grupo de Pesquisa Politeia	PAULA CHIES SCHOMMER	Professora e pesquisadora	Titular
40. Casa Civil/PR	MARICY VALETTA		
41. Ministério da Justiça e Segurança Pública	RONALDO ALVES		
42. Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços	JOÃO GABRIEL PEREIRA		
43. Ministério da Fazenda	FERNANDA SANTIAGO		

**1ª REUNIÃO DO CONSELHO DE TRANSPARÊNCIA, INTEGRIDADE E COMBATE À
CORRUPÇÃO - CTICC**

Página 4 de 9

Órgão/Entidade	Representante	Cargo	Condição
44. Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania	SÉRGIO SEABRA		
45. Ministério do Planejamento e Orçamento	PATRÍCIA ALVARES		
46. Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos	FRANCISCO BESSA		
47. Advocacia-Geral da União	DIOGO LUIZ DA SILVA		
48. Comissão de Ética Pública da PR	EDSON LEONARDO SÁ TELES		

4. Programação

Roteiro	Responsável
1. Boas-vindas e apresentação dos membros do Conselho e participantes da mesa.	Todos
2. Breve apresentação sobre a nova estrutura e abrangência temática do CTICC, nos termos do DECRETO Nº 11.528, DE 16 DE MAIO DE 2023. Expectativas, desafios e possibilidades de metodologias de trabalho (criação de comitês dentro do Conselho para discussão de agendas específicas). Breve apresentação das áreas que compõem a atual estrutura da CGU e seus projetos prioritários, com destaque para aqueles temas que tenham interseção com as atribuições do CTICC, nos termos do art. 2º, do DECRETO Nº 11.528, DE 16 DE MAIO DE 2023.	Vinicius Carvalho (Presidente do CTICC e Ministro da CGU)
3. Debates com as principais propostas, contribuições, sugestões e expectativas dos membros do CTICC para seu funcionamento.	Membros do Conselho
4. Conclusão e primeiros encaminhamentos: - Necessidade de envolvimento de outros Ministérios, conforme os temas de debate sejam definidos pelo CTICC; - Ampliação do conceito de integridade, o que já foi feito no Decreto que institui o Sistema de Integridade, Transparência e Acesso à Informação (Decreto nº. 11.529, de 16 de maio 2023.5.22 - Organização do Conselho com base em Grupos Temáticos - Periodicidade da Plenária: 2 encontros ao ano pelo menos. - Plano Anticorrupção: discussão interna na CGU sobre o plano iniciado pelo governo anterior. Perspectiva de notícias mais concretas sobre o plano nas próximas reuniões. - Plano do Conselho anterior e debate sobre um Plano Nacional. Alguns temas recorrentes no debate entre os (as) Conselheiros (as): - Questão da transparência dos recursos públicos; - Questão federativa (proposta: escolha de uma agenda federativa específica. Ex: LAI); - Questão do aprimoramento de programas de integridade; - Questão das pequenas e médias empresas em matéria de integridade	Vânia Vieira - Secretária- Executiva da CGU Vinicius Carvalho

**1ª REUNIÃO DO CONSELHO DE TRANSPARÊNCIA, INTEGRIDADE E COMBATE À
CORRUPÇÃO - CTICC**

Página 5 de 9

Roteiro	Responsável
privada; - Indicadores de políticas públicas relacionados a gênero, raça e cor; - OGP.	

5. Debate

Propostas	Proponente
a) Geração de valor para o cidadão na entrega de serviços públicos e seus instrumentos, nos termos da Lei 13.460/2017, incluindo no debate o CMAP. Fortalecimento e ampliação programas Time Brasil e Escala Brasil Transparente enquanto formas de apoio prestadas pela CGU aos entes subnacionais. Necessidade de relançar a agenda de governo aberto para o nível subnacional	Sérgio Andrade - Agenda Pública
b) Importância do monitoramento e avaliação de políticas públicas com utilização de tecnologia e capacidades de comunicação para que o processo de participação social atinja a cidadania, com especial destaque para o enfrentamento das desigualdades de gênero e raça.	Guacira Cesar de Oliveira - CFEMEA
Importância da recuperação do controle social, consolidando-o e institucionalizando-o.	Gilda - CFEMEA
c) Importância em definir rapidamente metodologias e planos de trabalho para termos um Conselho atuante e propositivo, sobretudo após sua ampliação. Apontou como tema de discussão o denominado “sigilo eterno”, isto é, do estabelecimento de diversas hipóteses de sigilo fora do âmbito da Lei de Acesso à Informação, o que impossibilita o devido acesso a informação na prática.	Bruno Morassutti - FIQUEM SABENDO
d) Retomada de instrumentos de transparência do orçamento público em seus dois vértices: receitas e despesas. Do lado das receitas, sugere a retomada da reabertura dessas informações de forma analítica, o que não ocorreu nos últimos anos. Já do lado da despesa, cita o problema do sigilo das emendas RP9, entre outras receitas. Sugestão de retomada do projeto “Lupa nas contas públicas”, lançado em 2015.	Gilberto Luiz do Amaral - IBT
e) i) Competência do conselho como espaço de diálogo para o aperfeiçoamento do marco regulatório no Brasil (aponta o desafio da proposta de regulamentação do Lobby, sobretudo com as desfigurações que o projeto sofreu dentro do Congresso Nacional) ii) Necessidade de revisão da Lei anticorrupção iii) Implementação do Pacto Federativo em nossa agenda de transparência, integridade e combate à corrupção. iv) Construção de uma 2ª Consocial v) Sugestão de um benchmarking com o “Conselhão” para viabilizar o funcionamento do nosso Conselho, como por exemplo: ferramentas de comunicação e estrutura (no Conselhão foram criadas 4 comissões temáticas	Caio Magri - ETHOS

**1ª REUNIÃO DO CONSELHO DE TRANSPARÊNCIA, INTEGRIDADE E COMBATE À
CORRUPÇÃO - CTICC**

Página 6 de 9

Propostas	Proponente
permanentes que, diferentemente dos GTs, são propostas no âmbito do pleno e com prazo definido).	
f) Adoção de mecanismos de diálogo institucional que não se reduzam a dois encontros por ano, como definido no Decreto. Importância de pensar em formas de incluir outros atores, como Arquivo Nacional e Arquivos Públicos. Aproveitar o Plano de Trabalho já construído e aprovado pelo CTPCC. Sugestão de ferramentas que poderão ser adotadas para facilitar o trabalho do CTICC: - Wiki da CGU para memória de documentos e atas, - Utilização do GitHub como repositório das propostas e ações - Canal de diálogo assíncrono, permitindo que os trabalhos dos GTs não sejam estanques (slack, discord, etc)	Fernanda Campagnucci - Open Knowledge Brasil
g) i. Debater temas estruturantes e complexos no âmbito do combate à corrupção como Lei Anticorrupção, Lei das Estatais, emendas RP9; ii. Construção de um Plano Nacional referente aos temas afetos ao CTICC iii. Retomada da parceria para governo aberto (OGP) iv. Aplicação do instrumental de integridade e anticorrupção para políticas setoriais e de forma mais sistemática, compreendendo a corrupção em seu sentido amplo como algo que afeta políticas relacionadas a direitos sociais, humanos, ambientais, em última instância, em uma luta por direitos.	Renato Morgado - Transparência Internacional
h) Trazer o tema da avaliação de políticas públicas para o Conselho, incluindo no debate outros atores como a Educação e Saúde, ainda que em grupos específicos. Compreender a implementação das políticas públicas no âmbito subnacional, aproveitando a oportunidade da Nova Lei de Licitação e o PNCP.	Juliana Sakai - Transparência Brasil
i) Em termos de melhoria normativa, cita a Portaria Conjunta 2279/2015, que trata sobre programas de integridade a ser implementada pela micro e pequena empresa.	Lilian Callafange - SEBRAE
j) Reforça a importância de resgatar algumas pautas do Plano de Trabalho e repensar os processos de trabalho para aproveitar o potencial do Conselho. Pensar a ideia do Governo Aberto não só pela ótica dos Municípios mais fragilizados, mas também daqueles que tenham boas-práticas e que sirvam como espaços de resiliência em momentos de dificuldade. Cita o tema da cooperação internacional. Reforça a importância do tema de transparência orçamentária.	Paula Chies Schommer - POLITEA
k) Apoio às empresas e ao setor privado no desenvolvimento da cultura de integridade em sentido amplo (incluindo temas sociais, ambientais, etc).	Carlo Linkevicius Pereira – Pacto Global
l) Sugestão de utilização do Teams para organizar os esforços colaborativos e ajudar com a operacionalização do colegiado.	Francisco Bessa - MGI

**1ª REUNIÃO DO CONSELHO DE TRANSPARÊNCIA, INTEGRIDADE E COMBATE À
CORRUPÇÃO - CTICC**

Página 7 de 9

Propostas	Proponente
l) Preocupação em não trabalhar em sobreposição com outras áreas (ex: CMAP), mas em complementariedade. Importância de ampliar o enfoque sobre integridade.	Patrícia - MPO
m) A ampliação do conceito de integridade já é uma pauta no MDH. Destaca a necessidade de levar essa pauta também para o setor privado, especialmente para as empresas.	Sérgio Seabra (MDH)
n) Importância do Conselho como um espaço propositivo de ideias e demandas, de tal forma que elas possam ser incorporadas nas ações e no programa de integridade dos Ministérios.	João Gabriel (MDIC)
o) A Administração Pública pode utilizar seu poder indutor de contratar, conceder empréstimos, conceder subsídios para órgãos que respeitem normas de integridade em sentido amplo. Incluir o indicador de raça nas pesquisas de políticas públicas.	Fernanda (MFAZ)
p) Indaga o nível de efetividade das propostas realizadas pelo Conselho. Cita o problema das emendas RP9 e a necessidade de que os indicadores dos recursos executados sejam claros, inclusive com o uso de tecnologias de inteligência.	Kátia Brembatti - ABRAJI
q) Traz a visão das empresas. Destaca a importância de pensar formas para que a transparência, o acesso e a participação na formulação das políticas públicas tragam efetividade e não entaves para a implementação dessas políticas. Traz a questão da paridade de gênero e destaca que um dos maiores dificultadores da participação é a questão do assédio, devendo-se pensar em estratégias de prevenção e proteção também na construção desses espaços de participação.	Carolina Venuto - ABRIG
r) No debate de monitoramento e avaliação de políticas públicas, um fator essencial é a produção de indicadores sobre as desigualdades, especialmente do racismo como fator estruturador dessas desigualdades. O conselho poderá ter o papel fundamental de melhorar os dados sobre raça/cor.	Cristina Lopes - CEDRA
s) Papel da LAI nos Estados, com destaque especial para a questão da transparência de dados na segurança pública Acompanhar se as hipóteses de sigilo e reserva de informação previstas na LAI não estariam sendo usadas de forma abusiva. Ações de contenção das tentativas de controle e criminalização da sociedade civil (CPI das ONGs, PL de regularização dos lobbies, avaliação do Brasil pelo GAFI)	Camila Asano - CONECTAS
t) Momento de reestruturação do Estado brasileiro, com foco na reconstrução das políticas públicas, que sofreram de forma brutal com o governo anterior, a pandemia e as fragilidades institucionais dos entes subnacionais. Nesse processo de reconstrução, faz-se necessário de aprimorar a capacidade de dois atores: gestores públicos federais e governos subnacionais. Sem políticas públicas o governo aberto sempre será frágil. Controle e gestão devem estar alinhados.	Fernando Abrucio - FGV

**1ª REUNIÃO DO CONSELHO DE TRANSPARÊNCIA, INTEGRIDADE E COMBATE À
CORRUPÇÃO - CTICC**

Página 8 de 9

Propostas	Proponente
u) Necessidade de reconstrução da infraestrutura de acesso à informação, transparência e integridade a partir dos desafios atuais e das novas tecnologias. Destaque para 3 pontos deste ano: - Ratificação do Acordo de Escazú; - Mutirão de municipalização da LAI que ajude as pessoas a refletirem sobre seu voto; - Tema da memória, arquivos e responsabilidades.	Denise Dora - Artigo 19
v) Desataca a questão da participação como direito fundamental e a necessidade de que ela seja considerada como elemento de viabilização das agendas que o Conselho irá discutir. Combate à invisibilização da participação promovida por ações sistemáticas de violência política e de controle	Athayde Mota - ABONG
w) Destaca dois pontos: - A possibilidade de o CONACI contribuir com a construção do Plano Nacional - Pedido de revisão da Escala Brasil Transparente <i>pari passu</i> com os demais rankings.	Rodrigo Fontenelle - CONACI

6. Propostas

Encaminhamentos	Observação
a) Estabelecimento da organização do Conselho com base em grupos temáticos - Em um primeiro momento, grupos temáticos mais diretamente relacionados às áreas de atuação da CGU (integridade privada, integridade pública, transparência e acesso à informação, controle e avaliação de políticas públicas). As pautas dos Comitês, no âmbito de cada Secretaria, serão definidas pelos membros do Conselho em discussão. - Em um segundo momento, o CTICC poderá criar Comitês mais setoriais a partir das discussões das pautas de cada grupo, inclusive a partir de temas intersetoriais.	Os grupos serão coordenados pelas Secretarias da CGU.
b) Periodicidade do encontro da plenária do CTICC: o Decreto fala em pelo menos 2 encontros, podendo tal periodicidade ser deliberada posteriormente.	Todos
c) Levantamento e verificação do Plano do Conselho anteriores verificação de como ele se alinha com as novas diretrizes do governo	CGU
d) Envio do material do “Conselhão” para referenciar a construção da metodologia no nosso Conselho	Caio Magri
e) Organização da metodologia de funcionamento do Conselho e proposição inicial de temas	CGU

**1ª REUNIÃO DO CONSELHO DE TRANSPARÊNCIA, INTEGRIDADE E COMBATE À
CORRUPÇÃO - CTICC**

Página 9 de 9

7. Fechamento da ata

Data da ata	Assinatura
-------------	------------